

## Micropolítica dos problemas



Fonte: <http://keybasetraining.co.za/problem-solving-and-decision-making/>

**Por Robert M. Emerson e Sheldon L. Messinger**

*Tradução: Diogo Silva Corrêa e Lucas Faial Soneghet*

Este artigo propõe o uso de um enquadramento de história natural para analisar processos interacionais através dos quais as dificuldades ou problemas pessoais são identificados, reagidos, elaborados e, talvez, transformados em um tipo específico de desvio. Estes processos centram-se em torno de esforços para fazer algo ou remediar o problema, e são criticamente moldados pela natureza e pela direção da intervenção de alguma parte externa, geralmente oficial. A forma que um problema assume em última instância é, em grande parte, um produto das lutas *micropolíticas* pelo apoio e legitimação de tais agentes oficiais.

Em sua avaliação crítica inicial, Gibbs (1966) argumentou que os proponentes da abordagem de rotulação do desvio “poderiam razoavelmente esperar que desenvolvessem uma teoria do processo de reação”. Uma série de declarações recentes de dentro dessa perspectiva ecoaram esta proposição (Kitsuse, 1972; Orcutt, 1973). Duas questões exigem atenção especial. Em primeiro lugar, como enfatizou Kitsuse (1972: 241), os defensores da rotulação forneceram poucos estudos a respeito da *reação informal*. No entanto, processos informais podem

estabelecer status desviante de forma independente, embora continuem afetando a “rotulação oficial”. Em segundo lugar, a tradição de rotulação negligenciou as relações entre os sistemas informais e oficiais de reações. Poucas pesquisas existentes exploram as condições sob as quais os sistemas informais de controle mostram-se inadequados (ver Goffman, 1969), ou os efeitos recíprocos das medidas de controle informais e formais. Neste artigo, queremos fazer uma descrição programática de uma sociologia do problema, para fornecer uma abordagem teórica a esses dois tipos de reação social.

Nosso argumento assume que qualquer cenário social gera um número de dificuldades ambíguas e evanescentes que podem ser, em última instância - mas não imediatamente – identificadas como “desviantes”. Em muitos casos, o que é reconhecido primeiro é uma sensação vaga de “algo errado” - algum “problema”. A consideração da história natural de tais problemas pode fornecer uma abordagem frutífera dos processos de reação informal e da sua relação com as reações dos órgãos oficiais de controle social. Especificamente, este artigo explorará os processos pelos quais os problemas são identificados, definidos, respondidos e, às vezes, transformados em uma forma reconhecida de desvio.<sup>1</sup> Dois pontos nesse processo têm um significado especial para o movimento em direção ao desvio e receberão atenção maior. O primeiro surge quando as partes fora do problema são mobilizadas em torno dele, o segundo quando o envolvimento desses *outsiders* depende da autoridade formal e não da autoridade pessoal.

### **Considerações preliminares sobre problemas e remediações**

Os problemas se originam com o reconhecimento de que algo está errado e precisa ser remediado. O problema, nesses termos, envolve componentes de definição e de remediação. Alguns estados de coisas são experimentados como difíceis, desagradáveis, irritantes ou insuportáveis. A percepção de “algo errado” é muitas vezes vaga e incipiente: uma mulher percebe que está ganhando peso ou

---

<sup>1</sup> Nossa abordagem está em paralelo, no nível interacional, com aquela proposta recentemente por Spector e Kitsuse (1973) para analisar a definição e cristalização de problemas *sociais* num nível coletivo. Eles propõem um modelo de história natural para examinar “atividades de reivindicação e resposta” (146) que levam a identificação de um problema social emergente.

que está frequentemente deprimida; um marido se dá conta de que sua esposa está bebendo mais do que o normal ou está começando a ficar fora até tarde depois do trabalho; os pais veem a filha interessando-se excessivamente por meninos, ou seu filho começando a sair com uma gangue sinistra de amigos. Claramente, a pessoa pode vir a reconhecer a existência destes ou outros problemas e, no entanto, não fazer nada em resposta. Pode ser que, depois de ponderar acerca do verdadeiro problema com a pessoa, chegue-se a conclusão de que não havia realmente problema (todo mundo se sente mal em certos momentos, alguns quilos a mais podem não ser tão importantes, ou os costumes sexuais mudaram no mundo de hoje); ou que, embora de fato haja algo de errado, não há nada que possa ser feito ou que a tentativa de que fazer algo esteja condenada ao fracasso desde o início. Um problema ignorado pode infeccionar ou pode desaparecer. Mas frequentemente o reconhecimento de que algo está errado coincide com uma ponderação das remediações, resultando talvez numa tentativa de implementar uma que seja apropriada.

Às vezes, uma remediação inicial funcionará; outras vezes, não. Esse último caso poderá levar a uma busca por outras remediações e enquanto a busca continua, problemas podem assumir um padrão cíclico (por exemplo, Goffman, 1969: 361-69). Uma dificuldade surge, uma remediação é buscada e aplicada, ela funciona temporariamente ou de nada adianta, então, uma nova remediação é procurada. O resultado tende a se tornar um ciclo recorrente de problemas, remediação, fracasso, mais problemas, nova remediação, até que o problema pare ou a pessoa abandone tentativas e esforços adicionais. Como consequência desses processos, o problema é progressivamente elaborado, analisado e especificado como um tipo e uma causa – “organizada”, para usar o termo que Balint (1957) empregou a respeito dos estágios iniciais da doença.

Mais uma vez, na primeira apreensão os problemas muitas vezes envolvem um pouco mais do que um vago desconforto. Esse sentimento pode derivar inteiramente da pessoa afetada ou externamente, a partir do apontamento de um observador hábil. Uma compreensão das dimensões do problema apenas pode surgir à medida que a pessoa problemática pensa sobre elas e começa a discutir a implementação de estratégias corretivas. O esforço para *encontrar e*

*implementar uma remediação* é crucial para o processo de organização, identificação e consolidação do problema.

Considere o tipo de ciclo de remediações que pode evoluir com certas doenças físicas. Assim como problemas corporais vem a ser reconhecidos e algumas “tentativas de autodiagnóstico” (Freidson, 1961) feitas, algumas medidas remediais – talvez absolutamente mínimas – podem ser tomadas. No caso de um resfriado por exemplo, isso pode envolver relaxar e esperar para ver se o problema desaparece. Se isso não acontece, “medidas mais ativas como ficar na cama por um dia ou mais e tomar aspirina” (Freidson, 1961: 143) podem ser tentadas. Tais remediações podem terminar com o problema. Se isso não acontece, ou se o “mesmo problema” retorna algum tempo mais tarde, o diagnóstico primeiro do “resfriado” pode ser questionado. Uma interpretação inicialmente aceita do problema pode ser então revista, por vezes de modo muito radical. Por exemplo:

“Quando o marido estava nas forças armadas, ele teve um “resfriado” que permaneceu várias semanas. Depois de observar os sintomas por alguns dias, a esposa do rapaz insistiu que a doença poderia não ser mero resfriado – poderia ser uma alergia e ele deveria ir ao médico. O marido achou que sua esposa estava errada e recusou-se a consultar um médico para fazer um tratamento de um mero resfriado. Os sintomas persistiram por seis ou sete semanas e depois desapareceram. O marido foi dispensado das forças armadas e no ano seguinte voltou ao trabalho civil. Durante esse segundo ano, ele novamente teve um “resfriado” que durou várias semanas. A sua mulher novamente insistiu que ele deveria ter febre-de-feno. Ela o lembrou que em uma conversa que ela havia tido sobre o assunto, seu tio – um médico – também dissera que ele deveria estar com uma alergia, e ela finalmente persuadiu o marido a consultar um médico amigo da família. O médico-amigo diagnosticou a doença como resfriado e brincou com as qualificações dadas pelo diagnóstico da mulher. Finalmente, o “resfriado” desapareceu. Durante o terceiro ano o marido começou a espirrar novamente e sua mulher insistiu que ele fosse consultar outro médico. Dessa vez a febre-de-feno foi diagnosticada e os sintomas foram dali em diante controlados.” (Freidson, 1961: 142-3)

Essas ilustrações sugerem porque o “problema” não deveria ser conceituado como um simples estabelecimento de uma definição particular de uma situação problemática<sup>2</sup>. Tal visão implicaria que ao definir ou diagnosticar um problema de um certo modo, o remédio apropriado seria mais ou menos especificado: se o excesso de peso é o problema, então a dieta é a resposta apropriada; se o problema é uma doença, então ir ao médico e seguir os tratamentos apropriados parece ser o requerido. De fato, o processo de remediação de problemas é muito mais aberto e emergente do que a formulação diagnose-então-resposta permite. Como o incidente supracitado encena, qualquer formulação inicial do que o problema “realmente é” é condicionada pelos efeitos subsequentes da remediação testada. O uso da remediação, enquanto segue uma definição particular de problema, serve simultaneamente como um teste para a definição proposta. Essa remediação funciona como a primeira tentativa e é tomada como uma confirmação do diagnóstico inicial e da causa do problema.<sup>3</sup> Mas esse diagnóstico apenas se sustenta “até nova ordem” (Garfinkel, 1967), até que, por exemplo, a piora de um problema reabra toda a matéria do que está errado e do que pode ser feito a respeito.

Nós não negamos que essa definição do que o problema é afeta o que é feito em relação a ele. Mas esse efeito não é nem linear, nem direto como posto pelo modelo define-então-responde. Nomear algo como problema tem implicações, prefigurando algumas soluções e removendo outras. Identificar um problema como “sobrepeso”, por exemplo, é excluir a sua formulação em termos de discriminação e exclusão social baseada arbitrariamente na aparência física (a posição sustentada pelos advogados do Poder dos Gordos [Fat Power]; veja, Allon, 1973), uma formulação com diferentes implicações remediais. Mas mesmo a definição “sobrepeso” tende mais a delimitar um conjunto de possíveis remediações do que prescrever uma única e necessária resposta particular. Um homem, decidindo que ele está muito gordo, pode entrar em dieta ou decidir se

---

<sup>2</sup> Hewitt e Hall (1973), por exemplo, adotam essa perspectiva: olhando como “quase-teorias” podem avançar a imputação de desvio em situações problemáticas, eles conceituam o processo como um em que, essencialmente, eventos desordenados são explicados (definidos) e tornados significantes.

<sup>3</sup> Note-se que na ilustração de Freidson, é somente porque os remédios baseados em diagnóstico de rinite pararam o problema que todos os envolvidos – incluindo o sociólogo-analista – aceitaram a validade do diagnóstico para definir o problema.

exercitar. Ou ele pode olhar as causas em vez das consequências e entrar em uma psicoterapia.

Em suma, vários problemas, particularmente quando notados num primeiro momento, aparecem como vagos para aqueles que são por eles concernidos. Mas como os passos são tomados para remediar ou dar conta do problema, o próprio problema torna-se progressivamente claro e especificado. Nesse sentido, a história natural de um problema está intimamente ligada ao – e produz o – esforço para fazer algo com relação a ele. Portanto, ações remediais de vários tipos – viver com, ignorar, isolar, controlar, corrigir o problema – são eventos altamente significativos não apenas por determinarem o destino do problema, mas também por modelar como eles são logo percebidos. Conceitualmente, a definição do problema pode ser vista como um produto emergente, assim como o precipitante inicial, das ações remediadoras.

### **Problemas relacionais e remédios intrínsecos**

Nós amplamente nos valem amplamente de situações nas quais problemas começam e são remediados *intrapessoalmente*. No entanto, são de particular interesse os problemas que são questões inextricavelmente *interpessoais*. Variações importantes emergem dentro de tais *problemas relacionais* – isto é, aqueles nos quais esforços remediadores são endereçados para outro em um relacionamento reconhecido com a pessoa com problema. Apesar dos esforços para remediar problemas pessoais, a tentativa de resolução de problemas relacionais levanta questões que concernem a distribuição de direitos e responsabilidades que existem nessa relação.

A diferença entre problemas relacionais e individuais e suas implicações variantes no que concerne ao modo de remediá-los é prontamente aparente nos conselhos e formulações problemáticos oferecidos a uma mulher entrevistada sobre como ela começou a fazer psicoterapia:

“Ela notou seus problemas ‘quando eu me encontrei chorando em meu trabalho, enquanto eu trabalhava. Derramando-se em lágrimas diante de um amigo,

enquanto conversava. E finalmente soluçando tão continuamente que eu não podia sair de casa sem solução na cara da primeira pessoa que eu encontrasse e me cumprimentasse com as palavras, ‘Oi, como você está?’. Depois de vários meses assim um vizinho, que era um professor de escola, ‘disse-me para ir até uma clínica de higiene mental para obter ajuda.’ Esse conselho eu julguei como conveniente e prestativo. Outro conselho não solicitado me veio de dois médicos, um dos quais ‘me disse que eu não tinha problema de coração, mas uma irritação mental que seria a causadora das minhas dores em meu peito,’ e outro que ‘me disse para me afastar do meu marido porque ele não era bom para mim,’ e isso não foi muito útil. Ela solicitou conselhos de vários amigos e de seu marido. ‘Todos os amigos me aconselharam a deixar meu marido. Meu marido nunca me escutava quando eu falava sem me ridicularizar.’ (Kadusin, 1969: 172)”

Essa pessoa com problemas recebeu conselhos tanto para buscar ajuda para a sua condição mental, um remédio que assumia uma dimensão intrapsíquica para o seu problema, e a deixar seu marido, uma remediação que punha um caráter essencialmente relacional para o seu problema.

Essa distinção não deve nos levar a entender que certos problemas são necessariamente ou principalmente individuais, enquanto outros são inerentemente relacionais. A diferença deriva menos dos próprios problemas do que da perspectiva ou enquadramento a partir do qual eles são vistos e tratados. O que começa como um problema pessoal pode ser redefinido e tratado como um problema relacional, e vice-versa. Com doenças corporais, por exemplo, um diagnóstico psicossomático pode transformar qualquer sintoma físico, como dores no peito no caso acima, em um produto de alguma tensão relacional. Inversamente, as dimensões relacionais de várias formas de doença mental podem desaparecer sob a aplicação do modelo médico ou sob a descoberta de uma causa orgânica para o comportamento problemático.<sup>4</sup>

Além disso, o movimento de um enquadramento individual para um relacional – e vice-versa – é frequentemente propalado pelo ciclo remediador discutido

---

<sup>4</sup> Nessas situações, problemas passam e voltam entre quadros “sociais” e “naturais” (Goffman, 1974: 21ff). Uma atração do modelo médico é que ele “de-relaciona” problemas, então, no caso de disfunções psiquiátricas, ele alivia aqueles próximos da pessoa com distúrbio de qualquer responsabilidade pelo estado desordenado das coisas.

previamente. Portanto, se um problema persiste a despeito das remediações intrapessoais a ele dirigidos, a pessoa com problema tende a tornar-se progressivamente incerta a respeito do que o problema é e do que deve ser feito a respeito dele. Aqui, como antes, a pessoa com problema pode receber uma variedade de interpretações frequentemente conflitantes sobre o que está errado, tipicamente transmitidas nos conselhos para administrar o problema. Como resultado, as versões intrapessoais e relacionais do problema podem ser animadas sequencialmente ou mesmo simultaneamente.

Quando problemas são dirigidos em termos relacionais, primeiro, ações remediais tipicamente envolvem uma parte que diretamente responde ao comportamento do outro e tenta influenciar tal comportamento. Tais ações corretivas podem ser chamadas de *remediações intrínsecas*, uma vez que podem se basear nos recursos interpessoais inerentes ao próprio relacionamento. As remediações intrínsecas podem primeiro assumir formas indiretas e implícitas. Uma mulher incomodada por algum comportamento de seu marido pode oferecer uma variedade de pistas sutis de que algo está errado: um estranho silêncio, uma sobrancelha levantada, caretas (e.g., veja Goffman sobre ‘intercâmbios remediais’, 1971: 95-187). Portanto, o processo de negociação interacional é possível entre participantes que se propõem a resolver o problema sem o explícito reconhecimento de que ele surgiu; a sanção sutil que a pessoa ofendida oferece pode funcionar, mudando o comportamento ofensor, por vezes apenas “interrompendo-o”, por vezes “interrompendo e recebendo um pedido de desculpas”. De modo alternativo, o ofensor pode ignorar a tentativa de sanção e o sancionador pode deixar isso passar.

Mas a questão pode continuar, inicialmente quase muda, mesmo de modos encobertos. Referências jocosas pode ser feitas sobre ela: humor aqui tanto quanto em outras situações permite às partes envolvidas evitar um reconhecimento explícito do problema entre elas, ao mesmo tempo que comunicam a sua acentuada seriedade (J.P. Emerson, 1969). Ou o problema pode se tornar uma questão aberta na relação. Estratégias de gerenciamento podem variar desde o “precisamos conversar sobre isso” até acusações de que o comportamento do outro está errado e precisa mudar.



Uma reclamação direta feita aos outros altera a dinâmica básica do problema. Esse movimento torna público, explica e muda radicalmente um problema puramente individual. Com a reclamação direta, diferenças ocultas na percepção da natureza ou na fonte do problema podem ser trazidas à tona. Expectativas implícitas sobre direitos e responsabilidades relacionais podem ser explicitamente declaradas e talvez contestadas. O problema pode se tornar o foco direto da relação, gerando um contínuo diálogo no qual o que está erado e o que deveria ser feito a respeito disso são explorados, possibilidades são elaboradas e opções especificadas. Desse modo, uma reivindicação não apenas organiza e consolida o problema, mas também constitui o problema como uma questão integralmente interpessoal.

As reivindicações iniciais podem apenas marcar o começo de um amplo ciclo remediador. Remediações interpessoais iniciais devem ter efeito diminuto ou temporário, e estratégias posteriores devem ser empregadas para influenciar o comportamento do outro, com graus de sucesso variados. Jackson (1954: 572) descreveu uma série típica de remediações fracassadas invocadas pelas esposas tentando controlar o problema do marido com a bebida:

“Ameaças de abandono, sumiço da garrafa de licor, esvaziamento da garrafa no ralo, redução do dinheiro do marido são tentadas em rápida sucessão, mas nenhuma é efetiva. Método menos punitivos, como discutir a situação quando ele está sóbrio, coloca-lo para dormir durante ressacas e tentar beber com ele para mantê-lo em casa são tentadas e falham.”

Tais tentativas de remediação revelam e sublinham a natureza e severidade do problema. O esforço de compreender essas questões é complicado pelo caráter retrospectivo e parcial dos problemas e dos relatos de seu desenvolvimento. Versões particulares do que o problema é, como ele emergiu e o que foi feito em resposta tendem a ser altamente enviesados e dificilmente contestados. Os envolvidos no problema nunca precisam chegar a um acordo sobre o que o problema é ou mesmo se ele existe. Um marido pode reclamar com sua mulher sobre ela ficar fora durante as noites, por exemplo, mas a mulher pode muito bem

não reconhecer o seu comportamento como um problema. Quando confrontado pela repreensão ou ameaça de sua esposa, ela deve identificar seu comportamento como um problema – uma insistência desarrazoada que ela permaneça em casa. Reivindicações sobre a existência ou natureza de um problema estão incorporados à e são produtos da própria situação problemática.

Segundo, vários problemas podem ser formulados retrospectivamente, frequentemente com o apoio de tais interesses enviesados. Incidentes relacionais iniciais devem ser interpretados à luz dos diagnósticos futuros do problema. Portanto, uma parte lesada pode chegar a se dar conta: agora eu vejo o que é que estava me incomodando na forma como você me trata; ou: agora eu aprecio como eu sempre odiei quando você fazia isso. Além disso, é frequentemente apenas mais tarde que as partes de um problema explicitamente formulam os estágios distintos e os componentes do processo remedial. O início do problema, por exemplo, pode apenas ser descoberto em retrospecto; o dedo que aponta para a causa permanece como parte da contínua luta interpessoal para determinar o que o problema é e o que pode ser feito. De modo similar, esses direitos e responsabilidades relacionais, ou cada um, estão em questão e podem ser articulados apenas mais tarde. Enfim, o significado das ações como reivindicações ou tentativas de remediações podem frequentemente ser compreendidas apenas retrospectivamente: em algum momento mais tarde, em um ponto intolerável, por exemplo, o reclamante pode apontar para seu passado de tolerância do problema como uma evidência das tentativas persistentes de superar o problema de modo justo e justificado.

Assim como com problemas intrapessoais incipientes, problemas relacionais podem não se tornar mais difíceis. A reivindicação e a remediação esperada podem funcionar suficientemente para satisfazer a parte incomodada. O problema pode simplesmente continuar de modo que nenhuma das partes aceite a versão do outro do que está errado. A reivindicação pode ser feita e em seguida descartada ou ignorada, assim como o indivíduo inicialmente ofendido pode aprender a viver com o problema. Ou, como Goffman (1969: 364-5) nota, a parte prejudicada pode aceder à demanda do outro, definindo como comportamento legítimo o que havia sido definido como problema, e realocando

direitos e responsabilidades relacionais de acordo com essa redefinição. Nessas circunstâncias, a disposição para aceitar (ou ao mesmo manter) o comportamento do outro como problemático – e alternativamente, a inclinação para continuar pressionando o problema olhando para futuras remediações ou respostas – promove contingências críticas no desenvolvimento do problema. Mas há uma condição limitante: a de que nenhuma parte do problema termina a relação que o envolve. Enquanto em contatos públicos provisórios com os outros, a negação ou a retirada são respostas prontamente disponíveis (Goffman, 1963), esse estratagema não é tão disponível ou aceitável no que diz respeito aos problemas que emergem em relações duradouras (Goffman, 1969: 365). Onde a saída é impedida, problemas e estratégias de remediação aumentam enormemente em complexidade. Sob tais circunstâncias, pressões para encontrar remediações de fora frequentemente se aceleram.

### **Reclamações e intervenção da terceira parte**

Enquanto remediações intrínsecas falham e uma acomodação não pode ser prevista, partes externas podem ser trazidas para dentro do problema de maneira central e ativa. É possível que outsiders estivessem presentes num problema relacional desde seu início; o marido da esposa galanteadora, por exemplo, pode falar com sua mãe, irmã ou melhor amigo a respeito do comportamento de sua parceira, porque este ocorre e como reagir. E seu entendimento do que o problema é e de como lidar com ele pode ser moldado pelas visões e análises providas por estas terceiras partes. Mas, enquanto estas partes externas funcionem somente em papéis de apoio e conselho, o problema permanece sendo essencialmente privado. Particularmente, o esforço de fazer algo ainda vem somente daqueles que são parte do problema originalmente. Entretanto, quando uma parte externa passa a intervir ativamente, em vez de aconselhar somente, a estrutura do problema passa por mudanças significativas.

A linha entre aconselhar e intervir diretamente é borrada em muitas instâncias. Há pressões fortes para que conselheiros se tornem participantes diretos. Amigos, conselheiros e terapeutas de uma das partes podem decidir se envolver diretamente no problema, como, por exemplo, conversando com um marido

aparte de sua esposa para apontar o quanto ela está irritada com seu hábito de beber. Envolvimento crítico (no sentido de crucial ou grave) ocorre quando uma terceira parte intervém diretamente e estabelece um relacionamento com os partícipes do problema, que, a partir daí, deixam de lidar exclusivamente um com o outro. Dado esta inclusão da terceira parte, as remediações deixam de ser intrínsecas e passam a ser *extrínsecas* a relação problemática.

Com o pedido pela intervenção da terceira parte, os papéis a seguir (ver Goffman a respeito de “papéis de agente”, 1961:136) se tornam diferenciados no processo mediador: primeiro, há um *reclamante*<sup>5</sup> (complainant) anunciando a presença do problema e procurando ação remediadora. O papel do reclamante pode ser distinto do papel da *vítima*, a pessoa que foi ferida, danificada ou injustiçada. Depois, há o agente remediador ou o *solucionador*<sup>6</sup> para quem o problema é levado em busca de remediação. Finalmente, um partícipe do problema pode vir a ser designado como o *criador do problema*<sup>7</sup> responsável<sup>8</sup>.

Em termos mais gerais, a decisão de procurar intervenção externa e o tipo de intervenção desejada parecem estar ligados intrinsecamente com tentativas anteriores de lidar com o problema – evitando, isolando ou remediando. Fatores como os tipos de controles e remediações disponíveis numa situação social em particular, a disponibilidade e limitação destes no momento do uso, a presença e força de laços com partícipes externos e possíveis “solucionadores”, e o grau de legitimidade conferido a cada envolvimento externo potencial na situação problema, todos moldam não somente a natureza dos esforços iniciais para reagir ao problema dentro do relacionamento, mas também a ocasião e natureza da intervenção externa.

---

<sup>5</sup> No original, *complainant*. N. do T.

<sup>6</sup> No original, *troubleshooter*. N. do T.

<sup>7</sup> No original, *troublemaker*. Optamos por uma tradução mais literal, em vez de usar termos coloquiais como “encenqueiro”, ou menos precisos como “problemático”. N. do T.

<sup>8</sup> Muitos agentes remediadores esperam que papéis de vítima e reclamantes sejam performadas pela mesma pessoa e, mesmo que isso não seja inevitavelmente claro, reclamantes “desinteressados” devem prestar contas sobre seu envolvimento. O ponto mais geral aqui é que vítima e reclamante não-vítima podem encontrar problemas de apresentação diferentes para ter suas reclamações validadas. Além disso, reclamações podem ser avançadas e intervenções implementadas, sem alocação do papel de vítima e de transgressor. Remediações envolvendo mediação, a serem consideradas abaixo, ou evitam esses papéis, ou atribuem parte de cada um para cada parte.

Esforços para obter intervenção externa tendem a passar por vários estágios. Primeiro, aqueles que foram convidados inicialmente para discutir soluções, tipicamente são amigos próximos ou parentes de pelo menos uma das partes envolvidas. O envolvimento de solucionadores tão íntimos se apoia exatamente em seus relacionamentos pessoais com uma ou todas as partes do problema. Se por um lado solucionadores pessoais possam ser capazes de remediar o problema, sua intimidade pode também se tornar um impedimento. Por exemplo, o legado de seus encontros anteriores com uma das partes pode desde o início impossibilitar uma solução mutualmente aceitável, uma vez que o solucionador já se encontra identificado enquanto aliado de uma das partes.

Em segundo lugar, problemas podem evoluir com o movimento incremental em direção a solucionadores oficiais e licenciados. Em alguns casos, tal envolvimento pode ocorrer de maneira altamente não planejada e episódica. Como Jackson (1954) afirmou a respeito do marido que bebe, agentes externos podem ser atraídos para uma situação com base numa emergência (por exemplo, um pedido por proteção policial), e então através de contatos regulares com agências sociais, médicos e até Alcoólicos Anônimos. Em outras situações, as partes do problema ou seus aliados buscam solucionadores oficiais específicos por causa de sua expertise ou de sua neutralidade, como quando um casal decide levar seus problemas a um conselheiro matrimonial.

Usualmente, os primeiros agentes oficiais a serem envolvidos são “generalistas”, incluindo a polícia (Cumming, Cumming and Edel, 1965; Parnas, 1967), médicos familiares (Freidson, 1961, 1970) e ministros religiosos (Cumming e Harrington, 1963; Weiss, 1973). A preferência inicial por esses solucionadores reflete uma variedade de fatores. Tais agentes se encontram relativamente disponíveis a reclamantes leigos e suas orientações são similares às aquelas que os leigos já sabem (Freidson, 1961): a generalidade e o potencial inclusivo de seus mandatos ocupacionais atraem aqueles buscando por remediações para problemas relacionais.

Até mesmo a escolha inicial do solucionador pode se provar altamente importante para o problema, uma vez que a seleção de um solucionador particular pode impor de antemão uma definição a um problema previamente aberto ou contestado. Além disso, essa seleção pode expor as diferenças entre as partes do problema como irreconciliáveis. Sugerir que o cônjuge veja um psiquiatra, por exemplo, pode suscitar discordâncias outrora latentes. A remediação proferida exacerba o problema anterior: “Você quer que eu vá a um psiquiatra! Você acha que eu que sou maluca?”

Ademais, os efeitos da escolha inicial de um solucionador podem ser importantes, mesmo que não necessariamente irreversíveis, na determinação de como, onde e se um problema entra em redes de referência subsequentes. Quando um problema resistiu esforços remediais, ou quanto parece que este seria melhor administrado em outro lugar, solucionadores iniciais tendem a passar problemas intratáveis para outros novos, mais especializados. Assim como na noção de “circuito de agentes” de Goffman (1961), problemas podem ser passados de um agente para o outro, talvez se movendo em direção a maiores graus de especialização, talvez em direção a resultados mais punitivos e coercitivos.

Ao passar por um circuito de solucionadores, qualquer problema inicialmente ambíguo tende a se cristalizar, na medida em que novos meios e caminhos para se lidar com ele são buscados e implementados, e caminhos anteriores são definidos como ineficazes e subsequentemente rejeitados. Nesse processo, um indivíduo pode receber definitivamente o papel do criador do problema e pode ser identificado explicitamente como desviante. A medida que remediações de grande escopo para desviantes são experimentados e falham, o criador do problema pode ser referido a especialistas de outras áreas de desvio, e assim a natureza de seu problema passa por reinterpretações, enquanto são implementados novos meios de se eliminar, reduzir ou confinar a capacidade de criar problema.

É importante entender como a intervenção externa transforma radicalmente o que anteriormente eram problemas privados, uma vez que essa transformação mostra claramente a natureza negociada (em vez de intrínseca) dos problemas.

Se a princípio desacordos sobre a natureza do problema e de como remediá-lo estavam confinadas às (e sob controle das) partes iniciais, o envolvimento de uma terceira parte reconstitui o problema enquanto fenômeno notadamente público. Como aponta Gulliver (1969:14) a respeito dos processos de acordo em disputas, “o desacordo inicial (é levado) do nível de um argumento diádico para a arena pública.” Com a passagem para uma situação triádica, a díade original não pode mais orientar-se exclusivamente um para o outro. Em vez disso, cada um deve buscar e ter o cuidado de apresentar seu lado para a terceira parte. No processo, suposições, reivindicações e expectativas previamente tomadas como dadas terão que ser proclamadas abertamente e justificadas. Para além disso, na medida em que o solucionador mantém padrões para pesar reivindicações relacionais divergentes daquelas feitas pelas partes originais, novas bases para direitos e responsabilidades afirmadas deverão ser fornecidas. Reivindicações tácitas e condutas tratadas como idiossincrasias do relacionamento, por exemplo, podem passar a exigir explicações e justificativas em termos mais universais; de fato, as partes podem aprender, para sua surpresa ou desalento, que alguns comportamentos nos quais fundaram sua reivindicação enquanto pessoas com problema são vistos pelos outros como “normais” ou até “desejáveis.”

Levar um problema para uma parte externa pode desvelar a primeira ocasião para que o problema seja visto como um todo coerente, e para que uma história explícita do problema possa ser formulada. Enquanto indivíduos com problemas tentam ter suas reivindicações validadas por uma terceira parte recentemente envolvida, comportamentos, questões e situações anteriores podem ser reinterpretadas e organizadas dentro de incidentes posteriores no problema, enquanto outros podem ser enquadrados enquanto remediações tentadas. Assim, a necessidade de prestar contas por ações passadas e de justificar respostas remediais desejadas para a terceira parte pode gerar histórias de origem, causas e persistências do problema mais minuciosamente documentadas, junto de acusações de transgressão novas e estendidas. Finalmente, a intervenção externa afeta diretamente tanto as circunstâncias remediais quanto a dimensão “definicional” do problema. Ao propor ações remediais, as preocupações e reações da terceira parte agora devem ser antecipadas e atendidas, pois, esses fatores assumem papéis cruciais na definição e no tratamento do problema. Se

solucionadores oficiais estão envolvidos, o problema pode vir a ser tratado como um “caso”, acumulando uma história oficial distinta enquanto se move pelo sistema de referências. Conjuntos distintos de preocupações remediais podem se tornar salientes e soluções não desejadas por nenhum dos disputantes envolvidos podem vir a serem impostas.

Em suma, a tentativa de obter e dar forma ao curso da intervenção pode levar a clarificação e especificação progressivas da natureza e gravidade do problema. Mais concretamente, o que é feito a respeito de reclamações externas – em particular, quando e como o solucionador intervém, se isso ocorre – define e organiza o problema. A intervenção, assim, pode moldar fundamentalmente o que problema se tornará. Para ressaltar o significado teórico desses processos, consideraremos agora as questões que o problema coloca ao solucionador no momento da intervenção inicial.

### **Lidando com reclamações: contingências ao intervir**

Para um solucionador externo, problemas trazem questões de alinhamento: o solucionador deve decidir qual postura tomar diante das partes e das questões. Como enfatiza Aubert (1965), solucionadores podem assumir duas posturas gerais: responder ao problema como um conflito ou como um desvio. Respondendo o problema como um conflito, o solucionador adota uma postura de não-alinhamento, seja através da recusa de compromisso com algum dos lados, seja através do compromisso igual para com os dois. No primeiro, o solucionador se recusa a intervir. No segundo, o solucionador pode tentar se envolver igualmente com as duas partes tentando mediar um acordo. A polícia, por exemplo, rotineiramente atende chamadas relativas a violência familiar através da mediação entre marido e mulher como meio de prover uma solução imediata, mesmo que temporária (Parnas, 1967: 932-3). Ao adotar o papel de mediador, o solucionador trata o problema como uma disputa ou conflito, no qual a intervenção é simétrica (Aubert, 1965:18) com relação às posições e reivindicações das duas partes.



Em contraste, ao responder aos problemas como desvios, o solucionador confronta a questão do alinhamento diretamente, orientando-se para a reclamação e para o problema em termos de qual lado tomar. Em circunstâncias especiais, a polícia abrirá mão de mediar disputas domésticas e responderá abertamente no lado de uma das partes, por exemplo, ao prender e remover da residência um marido agressor (Parnas, 1967). Com intervenções unilaterais desse tipo, o problema é estabelecido não como conflito, mas como desvio, e o centro disputativo e relacional do problema é dissolvido com a alocação assimétrica de toda a transgressão em uma das partes (agora desviante) e toda a certeza na outra (agora vítima).

Há uma variedade de fatores que determinam a possibilidade de uma intervenção simétrica ou assimétrica. Em primeiro lugar, no nível estrutural, a asserção de certos tipos de direitos e reivindicações pode ser proscrita legalmente, como quando a lei criminal nega o direito legítimo de greve aos trabalhadores, ou o direito legítimo de matar ou roubar um inimigo a algum disputante. Tal negação de legitimidade para a asserção de reivindicações particulares claramente prescreve intervenção unilateral contra o reivindicador ilegítimo.

Em segundo lugar, solucionador frequentemente operam com alguma teoria do problema e com ideologias intervencionais que exigem respostas simétricas ou assimétricas. As suposições da lei criminal, por exemplo, encorajam julgamentos absolutos na alocação da culpa, e seus agentes tipicamente administram sanções unilaterais contra o transgressor. A medicalização de problemas, localizando a fonte do problema em alguma disfunção fisiológica dentro do indivíduo, promove similarmente soluções assimétricas. Finalmente, aqueles que lidam com instâncias de abuso infantil estão pré-comprometidos a ideologia da transgressão e procedem para determinar se há ou não um perpetrador. Em contraste, alguns solucionadores operam com teorias remediais que facilitam ou até exigem que estes não escolham lados. Conselheiros matrimoniais frequentemente empregam uma ideologia terapêutica para afastar julgamentos de certo ou errado, adotando uma postura uniformemente neutra e de “não culpa” diante dos problemas. Qualquer problema deve ser tratado como questão relacional, mesmo que o conselheiro conclua para si mesmo que uma das partes tem mais culpa.

Em terceiro lugar, a forma de intervenção é afetada pelo poder do solucionador em relação ao poder das partes originais do problema. A intervenção de terceiras partes cuja autoridade é dependente do suporte ou do acordo dos partícipes do problema tende a assumir formas simétricas.<sup>9</sup> Solucionadores pessoais (amigos, parentes) podem escolher lados, mas normalmente não podem impor suas soluções contra a resistência do outro. Assim, soluções pessoais tendem a ser um ato de mediação: a terceira parte deve negociar um acordo mutuamente aceitável apoiando-se em recursos e sanções pessoais. Em contraste, muitos solucionadores oficiais possuem o poder de impor soluções unilaterais através de decisões adjudicadas (Eckhoff, 1966) mesmo na face da oposição de um ou outro lado. Quando esforços mediadores se mostram insatisfatórios, um lado ou outro pode vir a buscar intervenção oficial para obter exatamente o tipo de resultado forçado para uma situação intratável.

A natureza da intervenção externa também é fundamentalmente moldada por fatores situacionais contingentes. Problemas moverão em direção a resultados assimétricos na medida em que uma ou duas partes são resistentes ao comprometimento e tem reservas de poder e recursos para suportar essa posição. Solucionadores podem vir a ser buscador como mediadores, como quando um casal concorda em levar seus problemas matrimoniais para um conselheiro matrimonial. Em outras ocasiões, uma ou outra parte podem vir a buscar intervenção diretamente para seu lado. O resultado é frequentemente buscado através de acusações direcionadas a transgressão do outro, formulando assim o problema tão unilateralmente quanto possível, visando ganhar assim a intervenção desejada. Quando a acusação de uma das partes é feita de uma posição de grande poder, a possibilidade de intervenção unilateral nos termos dessa pessoa aumenta.

A reclamação para uma terceira parte, seja na forma de acusação ou de pedido por mediação, marca somente o ponto de partida de uma possível intervenção.

---

<sup>9</sup> Intervenção simétrica de tipo mediador tende a ser característica de processos legais em sociedades tribais e tradicionais, pois agentes legais geralmente não tem qualquer autoridade. Estudos antropológicos de disputas e acordos de disputa (i.e., Nader, 1965; Gulliver, 1969) fornecem uma fonte rica de materiais sobre esses processos.

Reclamações estão sujeitas ao escrutínio e possível revisão da parte dos solucionadores, que procedem com alguma noção de que as alegações podem ser distorcidas ou falsas, que a alocação de culpa e responsabilidade proposta pode ser enganadora ou inválida, que a ação remediadora buscada pode ser exploradora, subversiva ou ilegítima. Diante dessas possibilidades, o solucionador pode vir a implementar estratégias remediais não relacionadas às propostas iniciais. Assim, o solucionador pode recusar a escolha de qualquer lado quando um ou as duas partes buscam intervenção. Um oficial probatório num tribunal juvenil pode responder às alegações de que um adolescente está se comportando mau deliberadamente e que está “fora de controle”, acalmando os pais acusadores. Um solucionador pode vir a tomar um lado num problema para o qual foi trazido com o fim de mediação neutra. Um solucionador pode vir a responder inicialmente dentro de um enquadramento específico para o problema, mas acabar redefinindo o problema (por exemplo, diferenças entre pais e filhos refletindo “falta de comunicação”), ou, em relação a reclamações acusatórias, reverter a alocação propostas para os papéis de vítima e transgressor. O paciente mental de Goffman que “pensou que estava levando sua esposa para o psiquiatra” (1961: 138fn) nos dá um exemplo clássico dessa última possibilidade.

Essas considerações destacam a importância de como a direção e os termos da intervenção do solucionador podem determinar o que o problema vem a ser. Mesmo onde a intervenção do solucionador é moldada pelas ações de uma ou das duas partes no problema, até o ponto em que a remediação implementada acaba por ratificar meramente aquilo que já havia sido proposto, em termos analíticos, é a natureza e direção da intervenção externa, particularmente quando aplicada autoritariamente, que determina o que o problema é. Isso não significa dizer que os solucionadores podem intervir livremente. A intervenção pode estar firmemente constricta pela necessidade de levar em consideração a história, as posições, o poder e as preocupações prévias das partes do problema, pelos ditames da ideologia institucional e profissional do solucionador e por fatores práticas institucionais e situacionais. Qualquer intervenção de um solucionador pode ser radicalmente suplantada e revisada por uma intervenção subsequente (apesar de que se torna cada vez mais complicado alcançar tal feito com

tranquilidade a medida em que o problema acumula uma história documentada). Mesmo assim, é a natureza e a direção da intervenção externa, particularmente quando realizada por oficiais, que produz as formas de alinhamento distintas do desvio e do conflito, e que em última instância constitui o problema enquanto uma forma ou outra.

Os processos de intervenção que fornecem a chave para a consolidação de problemas não envolvem simplesmente a definição da situação enquanto carente de equilíbrio ou de tratamento unilateral e a resposta adequada subsequente. Respostas de alinhamento da terceira parte podem proceder de acordo com sua própria lógica e dinâmica, entrando por vezes em atrito com as definições de um problema como desvio ou como conflito. Ideologias profissionais podem prescrever um conjunto prévio de respostas para todos os problemas sem levar em consideração as particularidades de um caso dado, como quando conselheiros matrimoniais respondem relacionalmente para todo e qualquer problema conjugal. Porém, preocupações pragmáticas e situacionais podem levar a intervenção a tomar direções que não poderiam ser previstas tendo como base a avaliação do solucionador de certas instâncias de transgressão. Aqueles compromissados com tratamentos relacionais podem se encontrar empacados com esforços para arranjar uma solução mutuamente aceitável, e podem acabar tendo que apelar para respostas unilaterais por conveniência prática. Assim, trabalhadores na saúde mental podem encontrar uma situação em que eles claramente avaliam as duas partes como psiquiatricamente conturbados, mas acabar hospitalizando somente um ao decidir que a situação é muito volátil para permanecer a mesma (Emerson e Pollner, 1976). Por outro lado, solucionadores podem responder de maneira equilibrada, mesmo reconhecendo uma distribuição desigual de retidão e transgressão entre as partes (por exemplo, Bittner sobre a manutenção da paz pela polícia, 1967). Solucionadores podem até intervir em nome da parte vista como errada, se essa resposta prometer um fim permanente ao problema (ver, por exemplo, análise de Bittner sobre o tratamento do caso “Big Jim” pela polícia, 1967:709-10). Essas instâncias destacam como formas particulares de problema, incluindo desvio e conflito, são produzidas *de maneira procedural* pelas respostas de solucionadores, e não simplesmente pelas suas definições do problema.

## **Em direção a uma sociologia do problema**

Em conclusão, gostaríamos de explorar algumas implicações da micropolítica do problema proposta aqui para abordagens interacionais prevalecentes no estudo do desvio. Primeiro, muitas dessas abordagens focam-se na produção dos desviantes em estágios tardios. Frequentemente, aqueles que sofreram alguma sanção enorme, talvez irrevogável, como internação institucional, são identificados como a população tema. Tal sancionamento e internação dão um “ponto final” (que mais tarde pode vir a se revelar como “estágio”, é claro) para tratar um ator enquanto tipo particular de desviante, e atividades e eventos passados são ordenados como coisas que levaram até esse “ponto final”. Entretanto, tais tipos de noção de carreiras desviantes frequentemente organizam eventos de maneiras estranhas aquelas prevalecentes outrora, quando os resultados eram dúbios e as definições eram ambíguas. Mais ainda, essas abordagens focam nos casos que chegaram numa eventual designação desviante, negligenciando aquelas que falharam em fazê-lo. Se não forem negligenciadas de início, tais casos são tratados em termos dessa falha; por que eles não conseguiram? Nesse sentido, modelos de carreiras desviantes tanto pressupõem quanto exigem resultados desviantes. Em contraste, o conceito de “problema” direciona a atenção, não para as fases iniciais das carreiras desviantes, mas para situações e cenários não- ou “pré-desviantes” em geral. Além disso, a ideia de problema continua a abrir a possibilidade de que vários problemas com potencialidade desviante podem “dar em nada”, ou dar em alguma coisa sem imputações de desvio, ou tornar-se uma das várias categorias possíveis de desvio. Dessa maneira, o problema compreende e incorpora a abertura e a indeterminação dos resultados desviantes, em parte através do abandono da centralidade da noção de desvio ela mesma.

Em segundo lugar, a micropolítica do problema aponta para o aprofundamento da imagética básica da designação desviante. É axiomático para abordagem do rótulo que desviantes são produtos da definição social; definição que tipicamente envolve a imputação de uma identidade imoral e de um status defectivo. Douglas, por exemplo, vê o desvio como produto da negociação de “significados morais”

(1971), e Katz (1972:192) conceitua o desvio como assinalamento de status moral ou ontológico defectivo. Entretanto, um foco exclusivo em “significados” corre o risco de ser unilateral. Esse artigo tem argumentado que a definição pode moldar e ser moldada pela resposta; especificamente, a definição desviante é produto dos esforços remediais<sup>10</sup> envolvendo componentes interpretativos e ativos que podem variar independente uns dos outros. Um desviante deve ser entendido não somente como alguém que é moralmente condenado, mas também como alguém contra outrem se coloca. E, enquanto em algumas ocasiões a condenação moral parece preceder e causar o posicionamento “contra”, ser colocado como alguém “contra” quem se escolhe um lado, gera o opróbrio moral subsequente por parte dos outros.

Em terceiro lugar, nossa abordagem enfatiza um ponto pouco explicitado em muitos estudos e que passa despercebido para muitos críticos da rotulação: ações direcionadas para outro (ou para si mesmo) enquanto “desviante” estão pesadamente contingenciadas a, embora não totalmente determinadas pelos, quadros de referência e recursos dos reclamantes, vítimas e solucionadores oficiais, quando esses estão envolvidos.<sup>11</sup> A “abordagem da rotulação”, quanto construída apropriadamente, não afirma que as atividades de desviantes são desconsideradas pelos reclamantes, vítimas ou oficiais, nem recomenda que analistas desconsiderem essas atividades. Ela propõe, na verdade, que analistas explicitamente levem em conta e *tentem esclarecer* os papéis de reclamantes, vítimas e oficiais ao determinar definições e ações, e redefinições e ações seguintes. Nós pensamos que as atividades dos reclamantes, vítimas e solucionadores são concebidas apropriadamente como influências *variáveis* nos resultados temporários e duradouros. As condições dessa variação devem ser um tópico importante para pesquisa e teorização.

---

<sup>10</sup> Ver também a proposta específica de Fletcher et al (1974:59) de mudar o foco conceitual para “comportamento referencial em vez de comportamento nomeador” como o processo chave na “rotulação” de doenças mentais.

<sup>11</sup> A diferença que a presença e preferências dos reclamantes faz foi documentada pelo trabalho de Donald J. Black e Albert J. Reiss Jr. (1970), embora não tenha sido desenvolvida alguma teoria sobre o assunto. Muitos trabalhos em “vitimologia” também levantam implicitamente várias questões relevantes, mas tanta atenção foi dada para a luz que vítimas podem lançar em “números escuros”, e o papel variável das vítimas em “causar” desvio, que essas questões permaneceram sem resposta. Uma quantidade considerável de trabalho na tradição de rotulação tem se focado, é claro, no papel dos solucionadores oficiais.

Tal consideração leva a uma implicação final dessa abordagem. Embora nosso artigo tenha focado nos processos interacionais e micro-políticos, nós reconhecemos e até insistimos que uma sociologia do problema totalmente desenvolvida deveria considerar a macropolítica. Essa macropolítica do problema se interessaria pelas maneiras que interesses econômicos, políticos e sociais mais amplos moldam quadros de referências e remediações institucionalizadas disponíveis para identificar e lidar com problemas. Tendências sociais de longo prazo como a formação de estados e a centralização do poder estatal, a passagem do mercantilismo para o capitalismo industrial e do *laissez faire* para o capitalismo corporativo, e o espraiamento de formas burocráticas de organização parecem ter implicações enormes para interpretações e para respostas a problemas. Pode-se argumentar que a formação de estados e a centralização de seu poder impossibilitou formas de punição como o banimento e a transportação e motivou o estabelecimento de prisões (ver Langbein, 1976); que a emergência de uma economia de mercado no trabalho ajudou a motivar a diferenciação de categorias específicas de desviantes e que o estado de bem-estar está encorajando “descarcerização” (ver Hall, 1952); ou, finalmente, que instituições remediais na forma de burocracias trabalham sem cessar para influenciar como certas atividades, por exemplo, a posse de maconha, são tratadas e entendidas (ver Dickson, 1973).

Esse não é o lugar, mesmo se pudéssemos, para enumerar essas questões. Ressaltamos fortemente que o desenvolvimento de uma “micro”-política do problema não deveria redundar na conclusão de que desenvolver uma “macro”-política do problema é desimportante; nós pensamos que ambas necessitam ser desenvolvidas e suas relações examinadas. Nossa abordagem sugere que, em adição a exploração de como forças mais amplas podem afetar atividades individuais e de grupo que podem vir a ser tratadas como desviantes, uma macropolítica do desvio deveria explorar em detalhe como ações e entendimentos sobre essas atividades são afetadas.

## Referências:

- ALLON, Natalie 1973 "Group dieting rituals." *Society* 10 (January/February): 36-42.
- AUBERT, Vilhelm 1965 *The Hidden Society*. Totowa, N.J.: Bedminster Press.
- BALINT, Michael 1957 *The Doctor, His Patient, and the Illness*. New York: International Universities
- BECKER, Howard 1963 *Outsiders: Studies in the Sociology of Deviance*. New York: Free Press.
- BITTNER, Egon 1967 "The police on skid-row: A study of peace keeping," *American Sociological* 699-715.
- BLACK, Donald J. and Albert J. Reiss 1970 "Police control of juveniles." *American Sociological Review* 35 (February): 733-747.
- CUMMING, Elaine, Ian M. Cumming and Laura Edell 1965 "Policeman as philosopher, guide and friend." *Social Problems* 12 (Winter): 276-286
- CUMMING, Elaine and Charles Harrington 1963 "Clergyman as counselor." *American Journal of Sociology* 69 (November): 234-243
- DICKSON, Donald T. 1970 "Marijuana and the law: Organizational factors in the legislative process." *Journal Issues* 3 (Spring): 115-122.
- DOUGLAS, Jack D. 1971 *American Social Order: Social Rules in a Pluralistic Society*. New York: Free Press.
- ECKHOFF, Torstein 1966 "The mediator, the judge and the administrator in conflict-resolution." *Acta* 148-72.
- EMERSON, Joan P. 1969 "Negotiating the serious import of humor." *Sociometry* 32 (June): 169-81.
- EMERSON, Robert M. and Melvin Pollner 1976 "Mental hospitalization and assessments of untenability." Presented at the Annual Meetings of the Society for the Study of Social Problems, New York.
- FLETCHER, C. Richard, Peter K. Manning, Larry T. Reynolds, and James O. Smith 1974 "The labeling theory and mental illness." In Paul M. Roman and Harrison M. Trice (eds.), *Explorations in Psychiatric Sociology*. Philadelphia: F. A. Davis: 43-62.
- FREIDSON, Eliot 1961 *Patients' View of Medical Practice: A Study of Subscribers to a Prepaid Medical Plan in the Bronx*. New York: Russell Sage Foundation.



- GARFINKEL, Harold 1967 *Studies in Ethnomethodology*. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall.
- GIBBS, Jack P. 1966 "Conceptions of deviant behavior: The old and the new." *Pacific Sociological Review* 9 (Spring): 9-14.
- GOFFMAN, Erving. 1961 *Asylums*. Garden City, New York: Doubleday. 1963 *Behavior in Public Places*. New York: Free Press.
- \_\_\_\_\_. 1969 "The insanity of place." *Psychiatry* 32 (November): 352-388.
- \_\_\_\_\_. 1971 *Relations in Public*. New York: Basic Books.
- \_\_\_\_\_. 1974 *Frame Analysis: An Essay on the Organization of Experience*. Cambridge, Mass.: Harvard Press.
- GULLIVER, P. H. 1969 "Introduction" to *Case Studies of Law in Non-Western Societies*. In Laura Nader (ed.), *Law in Culture and Society*. Chicago: Aldine; 11-23.
- HALL, Jerome 1952 *Theft, Law, and Society*, 2nd Ed. Indianapolis: Bobbs-Merrill.
- HEWITT, John P., and Peter M. Hall 1973 "Social problems, problematic situations, and quasi-theories." *American Sociological Review* 38 (June): 367-374.
- JACKSON, Joan K. 1954 "The adjustment of the family to the crisis of alcoholism." *Quarterly Journal of Studies on Alcohol* 15 (December): 562-586.
- KADUSHIN, Charles 1969 *Why People Go To Psychiatrists*. New York: Atherton Press.
- KATZ, Jack 1972 "Deviance, charisma, and rule-defined behavior." *Social Problems* 30 (Fall): 186-202.
- KITSUSE, John I. 1972 "Deviance, deviant behavior, and deviants: Some conceptual (ed.), *An Introduction to Deviance*. Chicago: Markham: 233-243
- LANGBEIN, John H. 1976 "The historical origins of the sanction of imprisonment for Studies 5 (January): 35-60.
- NADER, Laura 1965 "The anthropological study of law." *American Anthropologist* ORCUTt, James D. 1973 "Societal reaction and the response to deviation in small 259-267.
- PARNAS, Raymond I. 1967 "The police response to the domestic disturbance." *Wisconsin Law Review* 4 (Fall): 914-960.

SCULL, Andrew T. 1977 *Decarceration: Community Treatment and the Deviant-A Radical View*, Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall.

SPECTOR, Malcolm, and John I. KITSUSE. 1973 "Social problems: A reformulation." *Social Problems* 21 (Fall): 145-159.

WEISS, Robert S. 1973 "Helping relationships: Relationships of clients with physicians, social workers, priests, and others." *Social Problems* 20 (Winter): 319-328.